

Implicações da racionalidade neoliberal na saúde mental de trabalhadores do serviço público: uma leitura psicanalítica

Camila de Araújo Antonio¹, Ana Magnólia Bezerra Mendes²

¹ <https://orcid.org/0000-0003-2595-3361> - Universidade de Brasília. Brasília. DF, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0001-8887-6450> - Universidade de Brasília. Brasília. DF, Brasil.

Resumo

A racionalidade capitalista neoliberal atravessa diversas esferas da vida social, implicando os sujeitos na lógica da produtividade, do desempenho e do consumo. No campo do trabalho, essa racionalidade se expressa por meio de práticas de gestão orientadas pela competitividade, pelo empreendedorismo e pela intensificação das exigências laborais, tanto no setor privado quanto nas instituições públicas. No contexto do serviço público brasileiro, as tensões entre a lógica gerencial neoliberal, a burocracia administrativa e as restrições orçamentárias tendem a favorecer processos de sobrecarga, aceleração e esvaziamento do sentido do trabalho, contribuindo para o adoecimento psíquico dos servidores. Embora existam políticas e iniciativas institucionais voltadas à promoção da saúde mental no trabalho, tais ações frequentemente permanecem limitadas e pouco eficazes. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva psicanalítica, as implicações do discurso capitalista neoliberal na constituição subjetiva e na saúde mental de trabalhadores do serviço público brasileiro. Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, fundamentado na psicanálise freudo-lacaniana e na crítica social, que discute o adoecimento como efeito das contradições do trabalho contemporâneo e aponta a clínica psicanalítica como um possível espaço de escuta, elaboração do sofrimento e resistência aos imperativos produtivistas.

Palavras-chave: trabalho; psicanálise; racionalidade neoliberal; serviço público; saúde mental.

Implications of neoliberal rationality in mental health of workers: A psychoanalytic perspective

Abstract

Neoliberal capitalist rationality permeates multiple spheres of social life, shaping subjects according to the imperatives of productivity, performance, and consumption. In the field of work, this rationality is expressed through management practices oriented toward competitiveness, entrepreneurship, and the intensification of labor demands, both in the private sector and in public institutions. In the Brazilian public service context, tensions between neoliberal managerial logic, bureaucratic administration, and budgetary constraints tend to generate overload, work acceleration, and a loss of meaning, contributing to psychological

Submissão: 09/12/2025

Aceite: 07/06/2026

Editora Responsável: Liliam Deisy Ghizoni

Editora de Leiante: Gracilene Paiva Araujo

Editora Administrativa: Thamyris Pinheiro Maciel

Como citar este artigo: Antonio, C. A., & Mendes, A. M. B., (2026). Implicações da racionalidade neoliberal na saúde mental de trabalhadores do serviço público: uma leitura psicanalítica. *Trabalho (En)Cena*. 11 (contínuo), e026003. 01-18. <https://doi.org/10.31501/2526-1487e026003>

distress among public workers. Although policies and institutional initiatives aimed at promoting mental health at work do exist, they often remain limited and ineffective. Against this background, this article aims to analyze, from a psychoanalytic perspective, the implications of neoliberal capitalist discourse for subjective constitution and mental health among Brazilian public service workers. This study adopts a theoretical-reflective approach grounded in Freudian-Lacanian psychoanalysis and social critique, interpreting work-related suffering as an effect of contemporary labor contradictions and highlighting psychoanalytic clinical practice as a potential space for listening, elaboration of suffering, and resistance to productivist imperatives

Keywords: work; psychoanalysis; neoliberal rationality; public service; mental health.

A crescente atenção à saúde mental no trabalho denuncia o impacto que a reestruturação produtiva decorrente do sistema capitalista neoliberal promove na saúde física e mental dos trabalhadores (AGU, 2024; Dardot & Laval, 2016; Mendes, 2018, 2022). Este artigo visa analisar, sob a ótica psicanalítica, as consequências da lógica capitalista neoliberal para a constituição subjetiva e a saúde mental dos trabalhadores, focando especificamente no contexto do serviço público, onde características como a sobrecarga de demandas e a falta de reconhecimento pode contribuir para o adoecimento dos servidores públicos.

Conforme pesquisa publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada oito pessoas no mundo vive com algum tipo de doença mental, os transtornos de ansiedade (31%) e depressão (28,9%), somam a maioria delas. As consequências do adoecimento mental envolvem desde o aumento dos gastos com saúde, queda na produtividade econômica, em razão da incapacitação do doente para o trabalho e pode chegar até a perda de vidas. O suicídio é estatisticamente responsável por mais de uma em cada 100 mortes no mundo. Apesar dos dados contidos nas diversas pesquisas realizadas por órgãos e agentes reguladores da saúde, ainda são inconsistentes ações estratégicas que reduzam os agentes adoecedores, como o estresse e a cobrança por produtividade.

Estudiosos do âmbito da psicanálise e sociologia crítica, o ambiente institucional do serviço público encontra-se em processo de transformação ocasionada da racionalidade neoliberal que repercute na disseminação de uma lógica empresarial, pautada nos valores concorrenciais comuns ao mercado, tanto nas instituições públicas como privadas. A queda do poder intervencionista do Estado, impactou diretamente o trabalho nas instituições públicas (Mendes, 2018, 2020; Dardot & Laval, 2016).

As transformações da natureza e da organização do trabalho no contexto de produção capitalista neoliberal propiciam práticas de gestão fundamentadas numa racionalidade de trabalho constituída pela lógica empresarial e concorrencial elevando as cobranças por

indicativos de produtividade, sem assegurar melhoras nas condições de trabalho ou na cultura organizacional, aspectos que influenciam diretamente a saúde mental dos servidores (Caldas et al., 2022).

Nesse contexto, o trabalhador deverá assumir postura mais proativa, polivalente e flexível, conforme o princípio da eficiência, o que vai de encontro com o modo de gestão burocrática e com as restrições orçamentárias das instituições públicas. A busca pela eficiência e o desenvolvimento pessoal dentro do ambiente institucional pode naturalizar a competitividade entre servidores públicos exacerbando a busca por novas funções e cargos, com aumento dos índices individuais de produtividade, mas sem necessariamente alcançar uma recompensa material significativa (Abreu, 2023).

A alienação dos servidores públicos a essa lógica de produtividade poderá resultar em sensações de vulnerabilidade, isolamento, falta de reconhecimento, de autonomia e sentimento de opressão no trabalho. (Tavares, 2003). Além disso, a sensação de impotência do trabalhador diante das discrepâncias entre os discursos neoliberais e a realidade de trabalho, pode resultar no desenvolvimento de psicopatologias, tais como a aceleração e sobrecarga que acarretam sintomas depressivos ou melancólicos (Mendes, 2022).

Assim, ancorada pela teoria psicanalítica, questiona-se quais as possibilidades para o sujeito que vive no contexto da racionalidade de trabalho neoliberal, para preservarem sua saúde física e mental?

A base teórica utilizada na análise será a psicanálise freud-lacaniana e a crítica social. Para tanto, será empregada uma metodologia qualitativa, baseada em revisão de literatura e análise documental, que permita uma compreensão mais real do contexto social. Além disso, este artigo busca também contribuir para o debate sobre saúde mental no serviço público, em tempos de reestruturação produtiva, oferecendo reflexões sobre como a psicanálise pode ser um recurso que contribua para a saúde do trabalhador.

O Servidor Público e a Saúde Mental

O conceito de Saúde do Trabalhador surgiu por volta dos anos 1960, momento em que o modelo de gestão de trabalho taylorista-fordista entrava em decadência e a reestruturação produtiva passou a exigir novas habilidades no trabalho, como abstração e intelectualização das tarefas e dos serviços prestados (Correia, et al., 2020).

No caso dos servidores públicos, que segundo Di Pietro (2003), são caracterizados como trabalhadores que “prestam serviço ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com

vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos” (p. 1480), são poucas as iniciativas gerenciais e institucionais que visam promover cuidados com a saúde mental. Geralmente a administração pública opta por recorrer a serviços médicos e de saúde terceirizados, que atuam em separado às iniciativas de recursos humanos da instituição (Carneiro, 2006).

Conforme dados apresentados no “*Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público 2025*”, existem no Brasil cerca de 12,7 milhões de servidores públicos, distribuídos entre as esferas municipais, estaduais e federais, sendo a maioria constituída por mulheres, cerca de 56,8%. Esse total corresponde a 12,3% dos trabalhadores brasileiros (República.org, 2025).

As causas de adoecimento do trabalhador geralmente estão associadas à organização do trabalho e problemas de gerenciamento que não preveem riscos e pela falta de diagnósticos médico precisos no diagnóstico de doenças ocupacionais, conforme demonstra pesquisa divulgada pelo site da Advocacia Geral da União (2024):

Dados da PGF extraídos de ações regressivas coletivas ajuizadas nos último anos indicam que os fatores que mais causam o adoecimento dos trabalhadores são a imposição de ritmo acelerado de trabalho; a ausência de pausas para descanso em atividades que exigem sobrecarga muscular estática ou dinâmica; a não utilização de meios técnicos apropriados para facilitar o transporte manual de cargas; a existência de postos e equipamentos inadequados às características psicofisiológicas e à natureza do trabalho; e o não reconhecimento e antecipação dos riscos ambientais existentes no ambiente de trabalho (AGU, 2024).

Ademais, segundo informações do Tribunal de Regional do Trabalho-13 (TRT-13, 2023), os transtornos mentais são a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil. Além disso, conforme informam Galdeano e Cavalcanti (2024): “Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da sua saúde mental”. (Folha de São Paulo, 22 de maio de 2024) Para os autores, a sobrecarga de trabalho, a baixa flexibilidade para mudar de equipe, a vulnerabilidade decorrente da política de mudanças de governos, bem como a instabilidade de garantia dos direitos adquiridos, perdas salariais e diminuição de contratos decorrente da falta de novos concursos, são fatores que repercutem no adoecimento dos servidores públicos.

No Brasil, desde a década de 1940 ações regulatórias voltadas à saúde do trabalhador, com o objetivo de assegurar sua promoção, prevenção e assistência de forma integrada entre áreas da medicina, entraram na pauta das discussões políticas sociais e se consolidaram após a

promulgação da Constituição de 1988, que formalizou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST), sendo um braço do SUS (Sistema Único de Saúde), tinha por objetivo propor ações de promoção e proteção da saúde dos trabalhadores. No serviço público, em 2006, foi implementado o Sistema de Saúde Ocupacional do Servidor Público (SISOSP), pelo Ministério do Planejamento. (Martins, et al. 2016).

Em decorrência das mudanças no regime previdenciário dos servidores e dos limites orçamentários com as despesas com pessoal, surgiram os contratos de mão-de-obra terceirizados, bem como de Organizações Sociais (OS), para a realização de serviços de gerenciamento, apoio e manutenção das propostas no campo da saúde do trabalhador, restringindo-as às atividades periciais, de assistência médica e benefícios sociais, o que significou mudanças na estrutura da abordagem em saúde do trabalhador. (Martins, et al. 2016).

Essa nova gestão pública, que surge na década de 80 do Século XX, como consequência de um conjunto de medidas de natureza econômico-financeira. Os processos de gestão passam a se apoiar na lógica de mercado e em um Estado menos interventivo, aproximando a administração pública da gestão privada. Nessa perspectiva, as estratégias de gestão visam melhorar a prestação e as condições de trabalho no serviço público (Correia *et.al.*, 2020).

Assim, neste novo modelo de gestão, se estabelecem metas, objetivos e avaliação constantes, conforme impõe o modelo neoliberal, as quais repercutem na subjetividade e na saúde física e mental do trabalhador, despertando o interesse de estudos em diversos campos de conhecimento como a administração, psicologia, sociologia e, também da psicanálise.

Dardot e Laval (2016) observam que o modelo neoliberal, que faz parte da doutrina econômica capitalista e se torna hegemônico, pois promove uma racionalidade de mudanças nos valores e nos modos de vida que extrapolam o âmbito profissional. Nesse sentido, a gestão e a busca por melhores performances, redundam num individualismo e a subjetividade torna-se impregnada pelo imperativo do autoempreendedorismo. Conforme dizem os autores:

A tendência em se considerar o trabalhador como capital humano, pressupõe nele um valor, para o qual deve zelar. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (Dardot & Laval, 2016, p. 327).

Para Coelho e Neves (2023), o que torna o modelo neoliberal de gestão arraigado à subjetividade é o efeito da falência das instituições tradicionais como a família, escola e a

religião que sustentavam um discurso disciplinador e a substituição pelo discurso utilitário e de autogestão, o que foi denunciado por Foucault (2008), como produzindo o efeito da governamentalidade, conceito que se refere ao poder de coerção e controle exercido pelas instituições sobre a população, à economia política e aos dispositivos de segurança.

A racionalidade presente na cultura neoliberal, entretanto, decorre de um discurso que exalta o poder econômico e de consumo, tornando naturalizados os valores do mercado, tomados imaginariamente como representantes de status social. A suposição da possibilidade de ascensão econômica e social, a partir da premissa do trabalho árduo leva a reprodução de um modo de vida e de uma cultura construída e reproduzida hegemonicamente na racionalidade neoliberal. Segundo Casara (2021):

A racionalidade insere-se, portanto, no campo da linguagem e dos limites, e é da ordem de um sistema de representações que determinam o indivíduo a sua revelia, o que se dá a partir do recurso a determinados significantes no caso do neoliberalismo: *mercado, empresa, capital humano, concorrência, etc* (Casara, 2021, p. 59).

Quando o trabalho se torna mera reprodução dos objetivos econômicos e políticos, a possibilidade de realização pessoal via atividade laborativa torna-se inacessível e a implicação de esforços e dedicação ao trabalho podem repercutir em sofrimento. Assim, o adoecimento no trabalho pode ser interpretado como uma denúncia em forma de metáfora, para uma possível resistência a tal modelo de reprodução do trabalho (Lacan, 1968-1969/2008). O ato de trabalhar, conforme as leis do discurso neoliberal, requer obediência e submissão que se sustentam por meio do gozo obtido pelo poder de consumo. O consumo como fruição após o esforço laborativo pode ser interpretado como tampão da condição de falta, que é estrutural, sendo, portanto, objeto de interesse de pesquisa da psicanálise.

Psicanálise e Gestão do Trabalho

Frente à essa realidade de adoecimento decorrente de situações contraditórias vivenciadas no contexto laboral, a psicanálise pode ser uma ferramenta o sujeito compreender as inconsistências relativas ao seu fazer e ao seu desejo de fazer, tema, inclusive que é de interesse e pesquisas de Mendes (2018, 2020, 2022).

Na perspectiva de Mendes (2020), o trabalho e os modos de gerenciar as atividades laborativas são colonizadas por ideologias dominantes, que se reproduzem por meio de

discursos onde se preconiza a prática laboral forjada na excelência e qualidade total, que na prática reproduzem a condição de subordinação aos interesses do capital.

Essas ideologias do modelo capitalista neoliberal, funcionam como um jogo de sedução para se trabalhar mais, conforme as demandas do Outro, mas que reforça nas promessas das vantagens relativas à liberdade e autonomia do trabalhador, comuns ao modelo do autoempresendedorismo. Tal modelo estabelece a individualização do desempenho e estimula a competitividade entre os trabalhadores, acentuando a sobrecarga e colocando em risco os direitos adquiridos nas lutas sindicais. Conforme as palavras de Dardot e Laval (2016):

Assim, o gestor tenta captar as energias individuais, não de acordo com uma lógica “artista” ou “hedonista”, mas segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à “realização pessoal” à serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos (Dardot & Laval, 2016, p. 229).

Nesse mesmo sentido, Lipovetsky (2004, p.56), afirma que o atual contexto social, que segue a lógica neoliberal, promove um “hiperindividualismo”, onde o objetivo é obter, em diversas esferas da vida, a maximização dos lucros e a necessidade de obter satisfações imediatas para desejos que são forjados pela lógica de mercado. Além disso, e frente ao cansaço decorrente das cobranças, da sobrecarga e da solidão, podem ocorrer fracassos ou falhas, para os quais o sujeito sente-se individualmente responsabilizado, o que levará a uma vulnerabilidade emocional.

Diante disso, Mendes (2018), afirma que o discurso do capital no contexto de produção neoliberal funciona como uma armadilha, tal como o mito do “canto da sereia” (p.28). Nesse mito os pescadores que sucumbem ao canto da sereia durante a travessia pelo mar, são os que não resistem a tentação de serem levados por elas ao fundo do oceano.

Essa alusão representa os riscos inerentes à submissão dos trabalhadores das instituições públicas, ao modelo político e econômico neoliberal onde se reproduz o discurso do “sujeito empresarial”, cujas narrativas exaltam os princípios da eficiência, da superação de resultados e da produtividade em dimensões que extrapolam o âmbito do trabalho e se agregam ao modo de existência. Conforme dizem Dardot e Laval (2016), o sistema capitalista neoliberal encontra-se arraigado nos discursos sociais e nas entranhas subjetivas, onde os interesses econômicos dominam as políticas e práticas de governo e os estilos gerenciais. Nas palavras dos autores:

“Esse poder essencialmente produtivo tinha como correlato o sujeito produtivo, não só o trabalhador, mas o sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade” (p. 325).

Nesse sentido, questiona-se, a partir do referencial da psicanálise, os possíveis efeitos da submissão do trabalhador ao modelo neoliberal empresarial para a subjetividade e como se dá a contaminação do discurso empresarial no serviço público.

Conforme as Lipovetsky (2004), os excessos encontrados na “cultura hipermoderna” (p. 83), relacionam-se à paradoxal inversão de valores, onde são propostos pela lógica neoliberal e difundidos pela mídia, a ditadura da felicidade e dos desejos, em contrapartida aos controles que eram exercidos pelas poderosas instituições reguladoras da vida em sociedade como a família, a igreja e o trabalho.

Para Mendes (2018), frente aos imperativos dos novos parâmetros reguladores da vida encontra-se o sujeito alienado aos discursos dominantes e hegemônicos que se reproduzem nos diversos contextos sociais. Uma das ideias presentes nos discursos de dominação é a de que o discurso meritocrático se alinha às injunções superegóicas, e exerce um julgamento silencioso que sugere o fazer sempre mais e melhor, como forma de encontrar uma satisfação, correspondente à necessidade pulsional. Assim, a subalternidade não somente rege as condutas humanas em muitas sociedades atuais, mas são, sobretudo, a base de sustentação dos modelos de gestão produtivistas e consumistas empregados pelas organizações privadas e públicas. Nesse sentido, a autora se utiliza da teoria da pulsão invocante, como forma de compreender a submissão do trabalhador, nesse contexto de gestão capitalista colonial.

A pulsão invocante corresponde ao prolongamento da teoria pulsional de Freud e foi estudada e descrita por Vivés (2018), como sendo responsável pela constituição do sujeito a partir da entrada na linguagem. Segundo o autor, o circuito que rege essa pulsão envolve três momentos: “ser ouvido, ouvir e fazer-se ouvir” (p. 21).

A partir do primeiro momento, ser ouvido, o sujeito terá a possibilidade de se constituir enquanto sujeito de demandas. Quando as demandas do sujeito são atendidas pelo Outro, elas se tornam desejos e, com isso, se pressupõe a existência de um Outro que deseja e atende os desejos do sujeito. Dessa relação com o Outro que responde as demandas surge o supereu, instância intermediária entre o inconsciente e a consciência que julga e faz injunções que impulsionam os desejos. A constituição superegóica corresponde ao segundo tempo da pulsão e invocante, quando há o reconhecimento do Outro, e o sujeito que fora invocado tem a chance de se tornar invocante, ou seja, já adquiriu a própria voz e poderá fazer-se ouvir, encerrando o terceiro tempo da pulsão.

Mendes (2018), propõe uma adaptação da teoria da pulsão invocante que supõe a constituição do sujeito a partir da relação entre a mãe e o bebê e propõe que o jogo entre demandas e desejos seriam reproduzidas na relação entre o trabalhador e a gestão do trabalho. Dessa forma, denominou os tempos da pulsão invocante: “ser chamado, chamar, se fazer chamar”, (p. 37).

Conforme Mendes (2018), do contexto de vida surgem necessidades que submetem o trabalhador a instituições burocráticas, que promovem a sensação de segurança e estabilidade de emprego e pode ser interpretada como correspondendo ao primeiro tempo, ser chamado. O trabalhador se apresenta, neste contexto, disponível a ocupar cargos e posições e, portanto, se inscreve no desejo do Outro, encarnado pela instituição.

O segundo tempo, chamar, é o momento em que o trabalhador se identifica com a sua profissão, veste a camisa da instituição, de forma a corresponder aos objetivos esperados. Nesse tempo, entretanto, o trabalhador acredita que o Outro irá responder ao seu empenho. Entretanto, o desejo no contexto do capitalismo neoliberal, reproduz o modelo produtivo e consumista e pode representar um superego tirânico que chama o trabalhador ao gozo mortífero, impondo sempre algo a mais, remetendo o trabalhador a desafios impossíveis, tal como acontece com o canto da sereia. Conforme as palavras de Mendes (2018):

O sujeito invocado tem um gozo plus (mais-de-gozar) imperativo do discurso do capitalista. A falta constituinte do desejo é substituída pela ideologia da perfeição, da excelência, da qualidade total. O modo consumista de trabalho é um “canto da sereia”, exerce um fascínio e encantamento pela voz, não permitindo o silenciamento inexorável ao desejo e à possibilidade de deslizamento do sujeito para a posição de invocante. Aqui nasce o sujeito do trabalho e morre o trabalho do sujeito (Mendes, 2018, p. 49).

A entrada no terceiro tempo da pulsão pressupõe silenciar a voz do Outro representada pelo superego e pelas injunções do discurso capitalista proferidas pela gestão, para poder se fazer chamar. Enquanto estiver dedicadamente atendendo às necessidades e demandas da organização, o sujeito não estará apto a desejar.

Para Vivés (2018, p. 24), uma saída possível, para driblar as incessantes demandas advindas dessa lógica, seria desenvolver um “ponto surdo”, o qual, na prática, funciona como uma forma de resistência ao apelo feito pelo Outro.

Conforme diz Mendes, (2018), diante do trabalho morto que obedece ao prescrito, o sintoma pode ser considerado como uma “improvisação, como uma transgressão”, (p. 49), ou

seja, o adoecimento seria um recurso para ensurdecer-se em relação à voz do Outro, representada pelos significantes que constituem as demandas do trabalho, tais como imperativos superegóicos. Ainda segundo a autora, caso o sujeito consiga resistir à alienação dos discursos capitalistas que comandam o trabalho na lógica do mercado, o sujeito poderia encontrar-se no terceiro tempo da pulsão invocante, ou seja, se fazer ouvir. Desse lugar, o sujeito consegue resistir e encontrar saídas que possibilitem fazer a experiência do próprio desejo, ou seja, escolher as demandas possíveis de serem atendidas.

Este é um problema não reconhecido por outros campos de saber, tais como da psicologia organizacional ou da administração, que propõem modelos de gestão, bem como ações realizadas no intuito de promover a saúde mental dos servidores, mas que geralmente são implementadas por serviços de saúde terceirizados, ou seja, atuam visando cumprir com o objetivo de garantir a produtividade, e buscam desenvolver modelos de eficácia e eficiência, que atendam as demandas do mercado (Carneiro, 2006).

Assim, apesar da iniciativa ser positiva, nota-se um paradoxo entre a intenção de promover um ambiente de trabalho mais saudável, mas, por outro lado e concomitante, competitivo e produtivo. Além disso, as iniciativas geralmente concernem ao desenvolvimento de ações coletivas que visam qualidade de vida, porém adaptadas às necessidades institucionais e não às dos servidores.

Tais iniciativas, no entanto, correspondem aos valores reconhecidos na cultura neoliberal, e o sujeito, uma vez identificado aos significantes que exaltam o acesso a metas, ao controle, a quantificação, a excelência, entre outros, tornam-se alienados aos artifícios do poder do discurso capitalista que coloniza, ou seja, institui modos de subjetivação subalternas no trabalho (Mendes, 2018).

A subalternidade aos discursos dominantes é considerada como uma característica da cultura brasileira, que traz as marcas históricas do processo de colonização, onde a escravidão de índios e dos povos africanos pelos portugueses perdurou ao longo de décadas. (Mendes, 2018; 2020). Esse histórico de obediência torna naturalizada a submissão da classe trabalhadora a diversas formas de violência no trabalho (Souza-Duarte, 2020).

O modelo de gestão do trabalho que tem por objetivo atender a lógica neoliberal, portanto, focado na recompensa pelo consumo, promove a alienação ao trabalho. Conforme a teoria marxista (1844), no trabalho alienado, há um estranhamento do trabalhador em relação ao seu exercício profissional, o qual é mera reprodução de esforços sem sentido para o pessoal. Para a teoria psicanalítica a alienação se refere a submissão do sujeito às demandas e desejos do Outro.

Nesse sentido, considera-se que a lógica neoliberal é uma artinha do sistema capitalista para estimular o desejo do sujeito, como forma de compensar os constrangimentos e as possíveis faltas de sentido vivenciadas no trabalho, principalmente o burocrático. Em certa medida, essa estratégia funcionou, porém, os efeitos dessa lógica de consumo, com o objetivo de aplacar as insatisfações humanas não se sustentam, pois não passam de um encobrimento para uma condição humana que é a do próprio desejo.

Efeitos e Possibilidades frente ao Discurso Capitalista

No seminário 17, Lacan (1969-1970/1992), dedica-se a estudar a influência dos discursos de dominação na constituição subjetiva. Lacan desenvolveu a teoria dos discursos como uma forma de analisar a posição subjetiva adotada diante das manifestações sociais e políticas que estavam acontecendo na França em meados dos anos 1968.

Nessas manifestações, os universitários denunciavam a tirania dos discursos dominantes, criticavam o capitalismo e contestavam a autoridade e a submissão ao discurso totalitário daquela época. O que Lacan explora nessa época é o declínio da autoridade e do poder das figuras de autoridade e o surgimento de um novo modelo de autoridade, o mercado e seus imperativos ao gozo.

Na análise lacaniana acerca do enlace do sujeito ao social encontra-se o entrelaçamento entre o saber, o desejo e o gozo, posições que se regulam conforme as situações e contextos e entrelaçam o sujeito na cadeia discursiva. Os discursos, são instrumentos da linguagem representados por significantes que representam o sujeito na relação com o Outro. Quando o Outro é representado pelo contexto de produção neoliberal, considera-se que o sujeito também é enlaçado pelo poder, o qual corresponde ao saber e ao desejo do Outro, ou seja, mercado Carneiro (2006).

Em alguns casos, como por exemplo, nas instituições de justiça, são criados planos estratégicos que visam avaliar e estimular a eficiência nas práticas de gestão, com premiações via selos de qualidade para os tribunais que cumprirem com excelência aspectos, tais como: I- governança (controle, planejamento e desenvolvimento de políticas institucionais específicas); II- produtividade (metas, celeridade processual, redução de acervo e incentivo à conciliação); III- transparência (relacionados ao atendimento e disponibilização de informações ao público); IV- dados e tecnologia (capacidade de gestão e implementação de soluções tecnológicas e de informação). (Conselho Nacional de Justiça, 2023)

Diante desse exemplo, nota-se que a preocupação das instituições é responder a metas de produtividade e eficiência, como significado de sucesso institucional. Nesse sentido, os significantes que representam o trabalhador não correspondem à sua realização profissional, mas à sua capacidade de ser produtivo, conforme as demandas do mercado. O foco da gestão nesse contexto, portanto, não é o trabalho, mas a correspondência ao desejo do Outro. Nessa relação entre o trabalhador, seu trabalho e o atendimento às demandas do Outro, o sujeito se perde em relação ao próprio desejo.

Mendes (2018) articula o *mais-de-gozar*, como sendo reprodutor do trabalho morto. O conceito de trabalho morto foi definido por Marx no primeiro livro intitulado “O Capital, como o que o capitalista lucra com excedente de tempo e produção do trabalhador. Para a autora, a reprodução do trabalho morto é comum em instituições burocráticas, onde há excesso de prescrições e protocolos. O trabalho nesse contexto aprisiona o corpo e a subjetividade do trabalhador ao poder de um Outro soberano, tal como o Estado, porém que age de forma disfarçada, enfatizando os interesses públicos.

Os mecanismos de gestão no modelo capitalista neoliberal encontram-se mais sofisticados e perversos, na medida em que as metas estipuladas à partir do mercado financeiro exercem o controle, destituindo os laços do trabalhador com sua atividade, criando competição entre os servidores e podem levar ao adoecimento.

Assim, de acordo com Mendes (2018), essa lógica da produção e consumo, desencadeia psicopatologias comuns ao campo do trabalho, tais como a melancolização e ansiedade. O adoecimento pode ser interpretado como denúncia de sofrimento decorrente das contradições entre o trabalho como desejo e/ou como objeto da demanda do Outro.

Este Outro a quem o servidor público responde é uma abstração, encarnada por gestores e instituições representantes das leis políticas e governamentais, o que pode resultar na imobilização do sujeito frente ao sofrimento, conforme as palavras de Mendes (2022):

O sujeito não consegue nem direcionar o discurso por uma quase ausência do Outro, porque não há para quem elaborar a demanda. Não é a inconsistência daquele para quem elaborei uma demanda, é não haver para quem elaborar a demanda. A melancolia vem da ausência como resposta à demanda e como possibilidade de construir a própria neurose de atribuir sentido onde não há (Mendes, 2022, p. 66).

Frente a ausência de respostas do Outro, o sofrimento decorrente do trabalho se expressa via sintoma. Para Mendes (2022), essa lógica de sobrecarga é naturalizada e corresponde a uma patologia do laço social. A alternativa sugerida pela autora é, por meio da

análise pessoal, encontrar um espaço de recobrimento do desejo por meio da sustentação em ser desejante e não da tentativa de ocupar o lugar de objeto do Outro.

Ao falar sobre a estruturação do sujeito pela via topológica e, no caso do nó Borromeu, Lacan (1974-1975/2007), faz notar que é pelo buraco presente no centro do enodamento, que se encontra o objeto *a*, representante da falta, que estrutura o desejo. Além disso, no Seminário 23, Lacan (1975-1976/2007), utiliza o termo *sinthoma* em referência ao que faz laço entre os três registros. Depreende-se que ao final de seu ensino, Lacan enaltece as múltiplas possibilidades de existência saudável, desde que seja possível se desalienar do discurso que supõe possibilidades de encontrar formas de driblar a falta.

No entanto, esse é o desafio da clínica psicanalítica, ou seja, auxiliar o sujeito a construir, com seu *sinthoma*, novas possibilidades de ser e realizar-se profissionalmente. A segurança no emprego e os benefícios financeiros que supostamente poderiam atenuar a falta, podem funcionar mais como injunções do que como autonomia.

Assim, segundo Santos (2022), o que se espera com a passagem do sintoma para o *sinthome* é capacitar o sujeito a assumir seus conflitos psíquicos sabendo ser impossível encontrar a solução ou a plena satisfação de suas necessidades, ou seja: “sem precisar assumir um compromisso de felicidade para sempre, provinda de um paraíso sem falta e sem abalos para o sujeito; mas uma forma de assumir a infelicidade e os impropérios comuns à vida, como uma forma de construção conforme a constituição do sujeito, seja na neurose, seja na psicose” (p.86).

Nesse sentido, destaca-se a importância dos métodos de pesquisa em relações sociais para entender as dinâmicas interacionais entre o sujeito e cultura, tal como sugere o método da psicanálise. Essa abordagem é fundamental para compreender como as relações sociais e institucionais influenciam a saúde mental dos indivíduos, especialmente aqueles que trabalham no serviço público.

Considerações Finais

Diante das reflexões presentes neste trabalho, nota-se que o servidor público se encontra fundamentado numa racionalidade de produção, típica do discurso capitalista neoliberal. Esse discurso, entretanto, foi incorporado à subjetividade e promove a naturalização da mentalidade do sujeito empreendedor, ou seja, competitivo, flexível e eficiente.

Tais significantes são incorporados subjetivamente em decorrência da herança colonial de submissão a culturas e aos discursos de poder advindos de países desenvolvidos, que

reforçam a ideia de se buscar a prosperidade e o consumo para alcançar plenitude. No entanto, nessa lógica de reconhecimento de si por meio da produtividade, a satisfação encontrada é o gozo e, por consequência, a alienação em relação ao próprio desejo.

Observa-se que, junto ao adoecimento que se manifesta por meio de sintomas como ansiedade, estresse e depressão, os quais os sujeitos relatam na clínica, existe a queixa relativa a um sentimento de vazio e uma insatisfação com a vida profissional. Nota-se que as transformações decorrentes da reestruturação produtiva das últimas décadas, acirraram o controle e a falta de autonomia e realização no trabalho.

Além disso, o modelo de gestão empresarial, contaminou os diversos contextos de trabalho, inclusive sendo reproduzido nas instituições públicas, o que contradiz com a natureza da organização burocrática destes contextos. A normatização da busca por cargos e a competitividade entre membros de equipe, evidenciam o isolamento e o silenciamento, que dificultam a obtenção de respostas ao que é esperado, bem como imputam as falhas e falências na responsabilidade individual do trabalhador.

Frente a este contexto e, para resistir aos apelos do discurso capitalista neoliberal, uma saída encontrada pelos trabalhadores é a via da produção de sintomas, como forma de defesa contra o sofrimento. Outra alternativa, segundo Mendes (2018), portanto, seria a encontrar novas possibilidades de existência e de produção, em âmbitos alternativos, que permitam o silenciamento das vozes superegóicas, como por exemplo, “o trabalho psíquico, intelectual, político ou comunitário, onde seja possível dar consistência à realidade psíquica, desidentificando-se das ilusões e idealizações impostas pelo Outro (p. 71).

Com isso, se supõe relevante ao escopo de trabalho das áreas psi, futuras pesquisas teóricas relativas à saúde mental no trabalho dos servidores públicos, na medida em que as queixas relativas ao adoecimento decorrente do contexto de trabalho se proliferam na clínica cotidiana, geralmente associadas ao relato de sentimento de culpa dos sujeitos adoecidos por não conseguirem se desvencilharem das demandas proferidas pelos discursos gerenciais.

A defesa ativa das políticas de saúde mental, portanto, não deve ser apenas uma questão de preservação da saúde mental e qualidade de vida no trabalho, mas também de reconhecimento do sujeito trabalhador, o que inclui sua relação no contexto do social. Além disso, vale reforçar que os estudos acerca do sujeito na relação com o Outro, conforme preconiza a teoria da psicanálise, deve estender-se para além dos consultórios particulares e integrar a prática em ambientes reconhecidamente adoecedores, tal como o ambiente de trabalho institucional.

Assim, conclui-se que o caminho para se pensar sobre a promoção da saúde mental dos trabalhadores das instituições públicas deve considerar uma visão crítica acerca da alienação subjetiva ao discurso capitalista neoliberal.

Referências

- Abreu, R. A. (2023, dezembro, 05). *O serviço público neoliberal. É preciso abandonar, o quanto antes, a crença na neutralidade da burocracia moderna, inclusive aquela defendida por uma esquerda neoliberal*. Revista A Terra é redonda eppur si muove. <https://aterraeredonda.com.br/o-servico-publico-neoliberal/>
- Advocacia Geral da União. (2024, abril, 29). *AGU e MPT debatem atuação conjunta para promover segurança e saúde do trabalhador. Instituições reforçaram durante seminário da campanha Abril Verde a importância do compartilhamento de informações para adoção de medidas contra empresas negligentes*. Comunicação. Notícias. Trabalho e Emprego. <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-e-mpt-debatem-atuacao-conjunta-para-promover-seguranca-e-saude-do-trabalhador>
- Caldas, F. B.; Reis, M. C. P. M.; Vieira, R. L. S.; Ferreira, B. O. (2022). Saúde Mental e Trabalho na Universidade Pública: Uma revisão sistemática. *Revista de Psicologia*. 13(01), 81-96. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/64207>
- Carneiro, S.A.M (2006). Saúde do Trabalhador público: questão para a gestão de pessoas – a experiência na prefeitura de São Paulo. *Revista do Serviço Público Brasília*. 57(01), 23-49. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/188>
- Casara, R. (2021). *Contra a miséria neoliberal*. Autonomia Literária.
- Coelho, L.; Neves, T. (2023). Sofrimento psíquico no neoliberalismo e a dimensão política do diagnóstico em saúde mental. *Saúde e Sociedade*. 32(03) <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/fyMHcpTnkbqQ3qgDhCbLTWz/>
- Conselho Nacional de Justiça. Portaria Nº 353 de 04 de dezembro de 2023. Institui o Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2024. <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/#:~:text=353%20de%204%20de%20dezembro,dom%C3%A9stica%20e%20familiar%20contra%20a>
- Correia, P. M. A. R.; Mendes, I. O.; Dias, I. P. C.; Pereira, S. P. M. P. (2020). A evolução do conceito de serviço público no contexto das mudanças de estado e concessões político-administrativas: uma visão aglutinadora. *Revista FAE*. 23, (01), 45 - 64. <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/660>
- Dardot, P.& Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

- Di Pietro, M. S. Z. (2023). *Direito Administrativo*. (36ªed). Forense.
https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74352/direito_administrativo_dipietro_36.ed.pdf
- Galdeano, L; Cavalcanti, T. (2024, maio, 05). Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da saúde mental. *Folha de São Paulo*. Caderno Equilíbrio e Saúde. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/em-media-215-servidores-publicos-se-afastam-todos-os-anos-para-cuidar-da-saude-mental.shtml>
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977–1978)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 2004).
- Lacan, J. (1968-1969/ 2008). *O Seminário. Livro 16: de um Outro ao outro*. (Ribeiro, V. Trad). Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/ 1992). *O Seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise*. (Roitman, A. Trad). Zahar.
- Lacan, J. (1974-1975/ 2022). *R.S.I.- Seminário 22*. (Matheron, L. Trad). Fórum do Campo Lacaneano de São Paulo.
- Lacan, J. (1975-1976/). *O Seminário. Livro 23: o sinthoma*. (Laia, S. Trad). Zahar.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. (Vilela, M. Trad.) Barcarolla.
- Martins, M. I. C.; Oliveira, S. S.; Andrade, , E., T.; Strauzz, M. C.; Castro, L. C. F; e Azambuja, A. (2017). A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil; atores, trajetórias e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22 (5): 1429-1440.
<https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-politica-de-atencao-a-saude-do-servidor-publico-federal-no-brasil-atores-trajetorias-e-desafios/16072?id=16072>. DOI: 10.1590/1413-81232017225.33542016.
- Mendes, A.M. (2018). *Desejar, Falar, Trabalhar*. Ed. Fi.
- Mendes, A. M. (2020). Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. In: DUARTE, F. S.; MENDES, A. M.; & FACAS, E. P. *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. (pp.76-88). Fi.
- Mendes, A. M. (2022). *As galinhas que lutem! O trabalho na Clínica Lacaneana*. Circuitos.
- Nunes, A.V.L; Lins, S.L.B. (2009). Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia Organizacional e do Trabalho*. 9 (01).
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v9n1/v9n1a04.pdf>
- República. Org (2025). *Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público 2025*.
<https://republica.org/>
- Santos, M. S. O. (2022). *A compulsão alimentar entre sintoma e sinthome*. Universidade Federal de Sergipe. [Dissertação de mestrado].
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16836/2/MAGNA_MARIA_OLIVEIRA_SANTOS.pdf
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/16836>

- Senado Federal. (28/11/2003). *Ansiedade e depressão são os principais vilões da saúde mental*. Institucional-SiS/Saúde.
<https://www12.senado.leg.br/institucional/sis/noticias-comum/ansiedade-e-depressao-sao-os-principais-viloes-da-saude-mental>
- Sousa-Duarte, F.; (2020). Por uma Psicopatologia Política do Trabalho. In A. M. Mendes, E. P. Facas, & F. Sousa-Duarte (Eds.), *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. (pp. 35-62) Fi.
- Tavares, D.S. (2003). *O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um Tribunal Judiciário Federal*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-20032004-083408/publico/Disserta__oCompleta.pdf
- Tribunal Regional do Trabalho. 13ª Região (PB)*. (2023, janeiro, 25). Transtornos mentais são a terceira maior causa de afastamentos do trabalho no Brasil. Assessoria de Comunicação Social do TRT-13. <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/transtornos-mentais-sao-a-terceira-maior-causa-de-afastamento-do-trabalho-no-brasil>
- Vivés, J.M. (2009). Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 12(02) 329-341.
<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/LXG4qQWF8MxqmJhnyMWhRxL/?format=pdf&lang=pt>
- Vivés, J.M. (2018). *Variações psicanalíticas sobre a voz e a pulsão invocante*. Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.

Informações sobre os autores

Camila de Araujo Antonio

Endereço institucional: SHLN, 516. Bloco L. Sala 503. CEP: 70.770-560

E-mail: camila_araujo2@hotmail.com

Ana Magnólia Bezerra Mendes

E-mail: anamag.mendes@gmail.com

Contribuição das Autoras	
Autora 1	Pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, escrita do artigo
Autora 2	Pesquisa bibliográfica